

Saúde Caixa

Embora seja um dos melhores planos de saúde de empresa no país, o Saúde Caixa apresenta problemas com a rede de credenciados e com a suspensão das participações mensais nos últimos dois anos



Luta por direitos iguais na Caixa é prioridade cotidiana



Jornada de seis horas e sindicalização são conquistas da greve de 1985



Diferente
é não precisar
estar aqui para
ir à faculdade.



**Fazer a diferença
é se destacar
no mercado de trabalho,
usando a internet
para estudar de maneira
prática e mais eficaz.**

AIEC - Única faculdade de Administração via internet com o conceito máximo no ENADE-MEC.

Os funcionários da Caixa Econômica Federal agora podem ampliar seus horizontes profissionais, estudando na única faculdade de Administração via internet com o conceito máximo no ENADE-MEC: AIEC - Faculdade de Administração de Brasília. Através de convênio assinado com a FENAE, os funcionários da Caixa terão 5% de desconto na mensalidade do curso de graduação e, numa promoção de lançamento da parceria, mais 10% de desconto no primeiro semestre de 2008*. Conheça a AIEC e descubra um jeito novo de fazer a diferença na sua carreira.

PROCESSO SELETIVO 2008
INSCRIÇÕES ABERTAS NO SITE: www.aiec.br



AIEC

Estude com a gente e faça a diferença

Avanços da luta

A mobilização dos empregados da Caixa tem se caracterizado pela constância e pela eficácia na busca de seus múltiplos propósitos. As ações desencadeadas no último período registram avanços significativos nas diversas frentes de atuação do movimento associativo e sindical, seja na luta por melhoria salarial, saúde e condições de trabalho, nas iniciativas de responsabilidade social, na defesa de democracia e transparência no fundo de pensão, ou nas atividades esportivas e culturais.

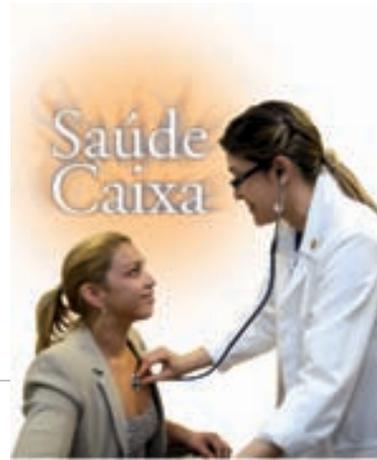
Na campanha salarial encerrada em meados de outubro, os trabalhadores da Caixa somaram-se aos demais bancários na conquista do aumento real de salário e da 13ª cesta-alimentação (um novo benefício para a categoria), além da participação nos lucros e resultados (PLR).

Nas negociações específicas, obtiveram a garantia em acordo coletivo de que serão unificadas as tabelas dos planos de cargos e salários, uma reivindicação especialmente cara aos técnicos bancários e aos escriturários. Asseguraram também a contratação de três mil novos empregados, ainda em 2007, e a realização de novo concurso público em março de 2008, dando mais força e consistência à campanha “Mais empregados para a Caixa – Mais Caixa para o Brasil”, deflagrada pelas entidades associativas e sindicais.

Em agosto último, foi finalmente ratificado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) o novo Estatuto da Funcef, que institui a paridade em todas as instâncias, incluindo a Diretoria Executiva, e dá respaldo à atuação dos comitês de assessoramento (Auditoria, Benefícios, Ética e Investimentos). O novo Estatuto consolida importantes mecanismos para o processo de democratização da fundação.

Em relação ao plano de assistência médica, o Saúde Caixa, assunto de capa desta edição, houve recentemente acordo quanto à cobrança das participações mensais em atraso, que havia sido interrompida por problemas de gestão interna da empresa.

No campo da responsabilidade social, o projeto Movimento Solidário desenvolvido pela Fenaec em Caraúbas do Piauí, com o envolvimento dos empregados da Caixa de todo o país, começa a produzir melhorias significativas na qualidade de vida da comunidade daquele município, dando ânimo ainda maior às ações planejadas. São também motivo de alegria os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNDA) demonstrando a redução continuada da pobreza no Brasil. <



6	No Brasil, expansão das políticas públicas é sinônimo de combate à desigualdade social
8	Mobilização popular produz mudanças na cidade de Caraúbas do Piauí (PI)
10	Aprovação do novo Estatuto da Funcef avaliza conquista do movimento dos empregados
11	Apcef/PE faz 90 anos. Aniversário foi comemorado com festa em Recife (PE)
12	Vem aí a campanha “Mais empregados para a Caixa - Mais Caixa para o Brasil”
14	Padrão de atendimento da Fenaec Corretora traz vantagens especiais ao pessoal da Caixa
16	Plano de saúde dos empregados da Caixa é o quinto maior do país no modelo de autogestão
20	Isonomia de direitos é prioridade do movimento dos empregados da Caixa
22	Campanha salarial de 2007 mostra poder de mobilização dos empregados da Caixa
24	Edição de 2007 dos Jogos Regionais reúne atletas de norte a sul do Brasil
26	Projeto “Eu Faço Cultura” bate recorde de participações nas ruas de Fortaleza (CE)



Direitos Humanos

O site do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) passou por uma reformulação. Além de melhorar a disposição das informações, o site está sempre atualizado com notícias da entidade, e informações nacionais e internacionais sobre direitos humanos. Outra novidade é a seção de vídeos com diversas campanhas nessa área.

O Movimento Nacional de Direitos Humanos é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, presente em todo o território brasileiro em forma de rede, com mais de 400 entidades filiadas. Fundado em 1982, constitui-se hoje na principal articulação nacional de luta e promoção dos direitos humanos.

Visite: <http://www.mndh.org.br>



Vídeos gratuitos

Uma opção interessante para divulgar vídeos na web é o site Blip TV. Nesse espaço é possível publicar gratuitamente vídeos, curtas, clipes, novelas e outros experimentos audiovisuais. E o melhor: sem limite de tamanho, o que incentiva a publicação de vídeos de boa qualidade, ao contrário de outros sites similares. Assista: <http://blip.tv>

Torne-se um Simpson!

Para se “transformar” num dos famosos personagens do desenho animado “Os Simpsons”, basta cadastrar sua foto no site www.simpsonizeme.com, que ele cria automaticamente a sua caricatura com os traços que caracterizam um verdadeiro morador de Springfield. As instruções são muito simples: basta enviar uma foto colorida que mostre somente o seu rosto, tenha boa luminosidade e resolução mínima de 640x480 pixels, nos formatos JPEG, JPG e PNG.

O site foi lançado no dia 16 de julho e já recebeu mais de 200 milhões de acessos no mundo, com mais de 5 milhões de fotos transformadas. Divirta-se você também. É de graça: <http://simpsonizeme.com>



Bolsa de Valores virtual

O InvestidorVirtual é um jogo on-line gratuito que tem como objetivo ambientar os participantes ao mercado de ações brasileiro. Os dados são reais e simulam fielmente o processo de compra e venda de ações em bolsas de valores. O participante se cadastra no site e já sugere um valor inicial para os investimentos. A partir daí é só treinar, sem colocar a mão no bolso.

Nesse jogo, é possível consultar cotações e gráficos em tempo real, obter relatórios de suas operações e comparar seu desempenho com o de outros investidores. Também é permitido conversar e tirar dúvidas com outros participantes. A sorte está lançada: quem será o próximo megainvestidor do mercado? Comece a jogar:

<http://www.investidorvirtual.com>



Desigualdade social em queda

A proporção de brasileiros com renda inferior a um dólar por dia era de 8,8% em 1990 e foi reduzida a 4,2%

O Brasil já alcançou o primeiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). A informação está na terceira edição do relatório de acompanhamento das Metas do Milênio, divulgado em 31 de agosto pelo governo federal.

O primeiro ODM prevê que os países cheguem a 2015 com metade da proporção de pobres de 1990. No Brasil, essa meta foi atingida dez anos antes, em 2005. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proporção de brasileiros com renda inferior a um dólar por dia era de 8,8% em 1990 e foi reduzida a 4,2%.

A pobreza extrema é atribuída a quem vive com menos de um dólar por dia PPC (dólar por paridade de poder de compra, que elimina a diferença de custos de vida entre os países), que equivalia a R\$ 40 mensais em 2005. Em termos absolutos, 4,7 milhões de pessoas saíram dessa condição nesses 15 anos.

O relatório mostra também que, por outro parâmetro, o de um quarto de salário mínimo per capita por mês, a po-



breza extrema recuou de 28% para 16% no período.

Estudo elaborado pela área de planejamento estratégico do governo, em parceria com agências da ONU, avalia a redução da miséria no Brasil como efeito da expansão de políticas públicas como o Bolsa Família, da redução dos juros desde 2004, e do aumento real do salário, que ampliou o piso da Previdência e do Benefício de Prestação Continuada - programa de transferência de renda voltado a deficientes e idosos pobres. A renda de 40% dos brasileiros mais pobres aumentou em 12% entre 2005 e 2006.

A estabilização da moeda, em 1994,

também é considerada fator de diminuição da miséria, embora não tenha sustentado a tendência de queda por muito tempo. Depois de cair por quatro anos seguidos, a pobreza voltou a subir em 2001.

Impacto do Bolsa Família

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, realizou estudo sobre iniciativas de transferência de renda no Brasil, no México e no Chile. A conclusão foi de que o Bolsa Família contribuiu em 21% para a queda do chamado coeficiente Gini (índice internacional para medição da desigualdade social) verificada entre 1996 e 2006. Também o programa mexicano Oportunidades gerou impacto equivalente.

Verificou-se que, no Brasil e no México, a redução do índice Gini foi, respectivamente, de 2,8 e 2,7 pontos nos últimos 10 anos. Já no Chile, o índice se manteve estável e a contribuição do Chile Solidário foi marginal.

Entre os pesquisadores do Ipea, a queda de 2,8 pontos é considerada “expressiva”, por estar “no mesmo patamar” da evolução ocorrida nos países europeus, quando houve ali a introdução do Estado do bem-estar social.

Conforme a pesquisa, os programas



de transferência de renda, utilizando apenas 1% da renda do país, foram o segundo fator que mais contribuiu para a queda da desigualdade social no Brasil, atrás apenas da renda proveniente do trabalho.

Entre os aspectos que determinaram os bons resultados, estão a focalização e a cobertura. No Brasil, por exemplo, verificou-se que 80% dos benefícios do Bolsa Família são direcionados para 40% das famílias mais pobres. O programa brasileiro, assim como o mexicano, atinge milhões de pessoas. O chileno, por sua vez, alcança um número reduzido de famílias (apenas 225 mil).

A parceria do governo federal com os municípios é apontada como fator

determinante da boa focalização e da abrangência do Bolsa Família. A grande contribuição dos municípios está na identificação das famílias beneficiárias.

Outro ponto destacado pelo estudo foi o baixo custo para o governo brasileiro, resultante da focalização eficiente do programa. No Brasil, a estrutura “enxuta e barata” obtém o mesmo resultado em termos de focalização que no México e no Chile, onde as despesas são “bem altas”.

Contribuição da Caixa

Para atender aos programas de transferência de renda do governo, a Caixa gerencia a inscrição dos cidadãos de baixa renda por meio do cadastro único. No pri-

meiro semestre de 2007, foram cadastradas 1,08 milhão de novas famílias beneficiárias, acumulando um total de 20 milhões de famílias no cadastro único, sendo 11,1 milhões no Bolsa Família. Foi completada a migração do cadastro do programa Bolsa Escola para o cadastro único.

No primeiro semestre deste ano, a Caixa pagou mais de 63,6 milhões de benefícios do programa Bolsa Família, registrando uma evolução superior a 30% em relação ao mesmo período de 2006. Ao todo, foram efetivados mais de 83 milhões de pagamentos de benefícios sociais nos seis primeiros meses de 2007. O volume de recursos envolvidos ultrapassou R\$ 10,9 bilhões. <



Evento promovido pela Fenaé na Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade conta com a participação do ministro Patrus Ananias

Ministro Patrus no CDN da Fenaé

As políticas de inclusão e de desenvolvimento social no Brasil foram discutidas na última reunião do Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenaé, com a presença do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. O debate fez parte das atividades da Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, que acontece desde 2004, tendo como marco o dia 9 de agosto, data de falecimento, em 1997, do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, principal protagonista da Ação

da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida.

Patrus Ananias destacou a evolução do orçamento para o seu ministério, que chegou a R\$ 24,4 bilhões em 2007, e falou do conjunto de ações e programas que integram o Fome Zero, como o Sistema Único de Assistência Social (Suas), os Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e o Bolsa Família, que “vem se tornando referência em inúmeros outros países”.

O ministro salientou que os benefícios repassados aos que convivem com a pobreza “devem ser vistos como direi-

tos de cidadania e obrigação do Estado brasileiro”.

Patrus ressaltou o fato de o Brasil contar hoje com uma rede de proteção social que beneficia cerca de 60 milhões de pessoas, e se contrapôs ao foco que se pretende dar às chamadas “portas de saída”. “Nós nos recusamos a entrar nessa discussão sobre portas de saída, porque não queremos fazer coro com os que se referem aos pobres como um incômodo do qual temos que nos livrar. Preferimos trabalhar com a idéia de aumentar as portas de entrada dos mais pobres para a proteção social, onde possam obter assistência, educação, alimentação e, principalmente, trabalho”.



Caraúbas ontem, Caraúbas hoje

Desfile no município de Caraúbas do Piauí retrata avanços da comunidade

Neste ano, o dia 7 de setembro teve uma comemoração especial em Caraúbas do Piauí (PI). Por iniciativa da secretária de Educação do município, Graça Serejo, e da coordenadora pedagógica Nancy Costa, a comunidade caraubense assistiu ao desfile “Caraúbas ontem, Caraúbas hoje”, que reuniu mais de 500 alunos e 20 professores.

A proposta das professoras foi produzir um desfile que pudesse aproximar os alunos da história recente do município, que vem apresentando avanços nas condições de vida da população. Ao mesmo tempo, o evento também teve o objetivo de envolver alguns professores do ensino fundamental que moram em outros municípios e lecionam em Caraúbas do Piauí, para que eles possam não só estimular alunos a aprender mais sobre o município onde trabalham, mas também atuar nessa história.

O tema principal do desfile foi dividido em seis blocos: agricultura, água, cultura, leite, transporte e programas sociais. Cada um deles foi trabalhado artisticamente com os alunos, que desenvolveram maquetes, fantasias e cartazes que simbolizavam a situação anterior de Caraúbas do Piauí e hoje, com mais qualidade de vida.

A secretária de Educação Graça Serejo avalia que o evento proporcionou um grande momento de aprendizagem para todos. Ela destaca que a Fenae vem realizando um trabalho muito importante: “Tudo o que vem para somar é um avanço; os kits de educação infantil que recebemos do Movimento Solidário realmente estimularam os alunos, e as outras ações também ajudam demais”.

Mudanças

A iniciativa inédita do desfile de 7 de setembro é uma amostra da capacidade de a própria comunidade se organizar. O Movimento Solidário, projeto de Responsabilidade Social que a Fenae vem consolidando há 17 meses nesse

município, colabora para esse processo de autonomia.

Os principais focos do projeto estão na educação, na saúde e na geração de trabalho e renda, por meio de parcerias com gestores públicos, empresas privadas e organizações não-governamentais.

Em maio de 2006, a Fenae colaborou na implantação do Projeto Sabiá, um programa de segurança alimentar e nutricional que atende 50 crianças com o apoio da Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Programa Fome Zero de Piauí. Em novembro do mesmo ano foi instalado um consultório odontológico, que atende hoje cerca de 150 pessoas por mês, uma articulação da Superintendência de Representação do Estado do Piauí em Brasília, em conjunto com a Casa Civil.

O Economia Solidária é outro destaque: 10 famílias já são beneficiadas pelo projeto cujo foco é o artesanato feito a partir da palha da carnaúba. Com implementação da Secretaria de Ação Social e Cidadania do Piauí



(SASC), a iniciativa tem como objetivo ampliar o número de famílias atendidas e diversificar ainda mais a produção.

A economia da cidade hoje está mais aquecida. A reativação do Caixa Aqui é um dos fatores que colaboraram para que a renda das pessoas circulasse dentro do município. Antigamente, os moradores de Caraúbas do Piauí precisavam viajar até uma cidade vizinha para efetuar o saque, levando a gastar por volta de 25% do valor do Bolsa Família apenas com o transporte. Os gêneros de primeiras necessidades antes adquiridos em outro município, agora são comprados na própria cidade.



Horta comunitária

A horta comunitária implantada pela Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Programa Fome Zero de Piauí, por meio de contatos feitos pelo Movimento Solidário, é um exemplo de sucesso das ações que já foram iniciadas. A agricultora Maria do Livramento de Araújo, 40, é uma das beneficiadas. Dona Maria planta cebola, coentro, berinjela, maxixe, abóbora, quiabo, entre outras verduras e legumes que servem para o sustento dela e de seus cinco filhos.

A horta complementa a alimentação diária da família de Dona Maria e a renda: o excedente é comercializado, o que gera uma renda que varia de R\$ 30 a R\$ 40 por semana. “A horta comunitária foi uma coisa muito boa na nossa vida”, avalia Dona Maria. Ela conta que está muito satisfeita com os resultados da colheita.

O projeto da horta comunitária tem acompanhamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Piauí (Emater). A prefeitura está providenciando a compra do terreno para a plantação da horta comunitária (atualmente o local é alugado), e já perfurou o poço que facilita o cultivo dos alimentos.

Telecentro, leite, caju e mandioca

A estrutura do telecentro já está implementada: o acesso à internet é livre, por meio da antena do Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) – programa de inclusão digital do governo federal. Próximo ao local está instalada uma rádio comunitária, iniciativa dos moradores. O desafio é qualificar pessoas no município para que elas possam atuar nesses espaços.

O leite, o caju e a mandioca são três produtos abundantes na região, mas que podem ter um aproveitamento melhor. O Movimento Solidário apóia a mobilização da comunidade na construção de uma mini-usina de beneficiamento de leite, na criação de uma fábrica para aproveitar a polpa do caju (congelamento, doces e geléias) e de uma casa de farinha coletiva, para agregar valor à mandioca.

A equipe da FenaE que trabalha na execução do Movimento Solidário está trabalhando na avaliação dos resultados dos projetos, a partir de indicadores sociais e econômicos. O relatório completo, com o resultado do impacto das ações desenvolvidas pelo projeto, será divulgado no final do ano, e estará disponível na seção Responsabilidade Social do portal da FenaE: www.fenaE.org.br. <

Mais democracia na gestão da Funcef

No início de agosto, a ratificação pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do novo Estatuto da Funcef registra importante conquista na busca coletiva por uma aposentadoria digna. A versão aprovada é resultado direto de muitas pressões e protestos por parte do movimento nacional dos empregados, com destaque para a atuação da Fenae e da Fenacef.

O novo Estatuto estabelece mecanismos que dão forte consistência ao processo de democratização da fundação. Garante paridade em todas as instâncias, inclusive na Diretoria Executiva, e respalda a atuação dos comitês de assessoramento: Auditoria, Benefícios, Ética e Investimentos. A composição desses comitês é paritária, cabendo-lhes a tarefa de atuar pela transpa-

rência, pela ética nos negócios, pelo zelo aos recursos e por planos cada vez mais adequados.

Um dos maiores méritos do novo Estatuto é o de alterar radicalmente a gestão da Funcef, que deixa assim de ser gerida com exclusividade pela Caixa e passa a adotar uma gestão compartilhada. Essa mudança levará, sem dúvida, a que os empregados tenham maior grau de responsabilidade para com o futuro da fundação.

Antes de ter sido ratificada pelo Conselho de Administração da Caixa, em 29 de janeiro deste ano, a versão original do novo Estatuto da Funcef foi elaborada por um grupo de trabalho paritário, instalado em 23 de junho de 2005. A medida decorreu de proposição dos conselheiros eleitos da fundação e constituiu um avanço de grande significação histórica. Essa conquista se soma a duas outras: saldamento do REG/Replan e Novo Plano de benefícios.

No novo Estatuto estão determinados os princípios de administração a serem seguidos pela Funcef, as funções de seus órgãos internos e as responsabilidades de diretores e conselheiros, ou seja, os eleitos pelos participantes e os indicados pela patrocinadora. <



GT elaborou proposta do novo Estatuto da Funcef. Texto prevê paridade em todas as instâncias

Aposentados da Caixa ampliam mobilização

Os aposentados e pensionistas da Caixa se preparam para as lutas do próximo período. Essa perspectiva será reforçada pelo 29º Simpósio Nacional dos Economistas Aposentados e Pensionistas da Caixa, que, até o fechamento desta edição da revista **FENAE AGORA**, estava marcado para Manaus (AM), entre os dias 14 e 19 de outubro. A promoção do evento é da Federação Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas da Caixa (Fenacef), contando para isso com o apoio de entidades que congregam o pessoal

da ativa, sobretudo da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae).

A busca de soluções para os problemas e as pendências da categoria, especialmente no que se refere ao auxílio-alimentação, à cesta-alimentação e ao Saúde Caixa, será um dos focos do encontro em Manaus. A extensão do auxílio e da cesta-alimentação para todos os aposentados e pensionistas foi uma das reivindicações prioritárias da campanha nacional salarial de 2007, e foi aprovada pelo 23º Congresso Nacional dos Empregados da

Caixa Econômica Federal (Conecef), realizado dias 30 e 31 de julho, em São Paulo.

Na programação do simpósio consta ainda debate com a participação de representantes das entidades associativas e sindicais, como a Fenacef, Unei, Fenae, Apcefs e sindicatos de bancários. O objetivo é ampliar a unidade entre ativos e aposentados, com base no primado de que essa unidade fortalece o movimento nas negociações com a Caixa e é determinante para que a empresa passe a cumprir com suas responsabilidades junto à Funcef. <

Apcef/PE: 90 anos integrando gerações por objetivos comuns

Entidade foi criada em 21 de setembro de 1917. A data de aniversário foi comemorada em Recife

Noventa anos depois, muito a comemorar. O ano de 1917 é histórico para a Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal em Pernambuco (Apcef/PE), fundada em 21 de setembro. A data não só marca o período em que a entidade surgiu em Recife (PE) sob a denominação de Sociedade Beneficente dos Empregados da Caixa, mas ainda coincide com eventos singulares do calendário político-cultural do Brasil e do mundo: a Revolução Russa, a Primeira Grande Guerra Mundial e a canção “Carinhoso”, composta por Pixinguinha (1847-1935), em parceria com João de Barro.

Neste 90º aniversário, muitas gerações protagonizaram importantes conquistas. Simbolizada no slogan “90 anos integrando gerações”, a noite de reencontros e comemorações ocorreu em 7 de setembro deste ano, numa festa na sede do Janga, em Recife, que reuniu gente de todas as idades e matizes: o associado mais antigo, a mais nova nadadora, o grimalho ex-presidente, o jovem futebolista e os atletas que parti-

ciparam da quinta edição dos Jogos Regionais do Nordeste.

Na festa de nove décadas da Apcef/PE, muitas homenagens, lembranças, citações e placas. O bolo, a música e a dança traduziram o bom combate de 33 mil dias de trajetória. A entidade foi criada para agregar esforços e solucionar problemas relacionados à saúde e finanças pessoais dos seus associados. Uma proteção adequada à época, quando toda a população enfrentava condições precárias na área da saúde e inexistiam oportunidades de crédito.

Estrutura própria

Na Apcef/PE é assim: duas sedes e um só ideal de convívio e união, ‘como o poeta recomenda e a vida exige’. A primeira sede própria foi construída em uma área de 30 mil m². Localiza-se na capital (região do Janga), e data de 1985. Abriga, hoje, três estruturas de organização: administrativa, social e esportiva. No local, os associados dispõem de campo de futebol, ginásio poli-esportivo, quadras de tênis, vôlei e futebol de areia, parque aquático, salões de festa e de jogos, bar, restaurante, parque infantil e pousada.

A sede do interior foi inaugurada em 1997 e fica em Caruaru (PE), cidade famosa pela tradição de dançar o forró. Ali



Festa na sede do Janga reúne gerações que protagonizaram importantes conquistas

os meses do ano são preenchidos com opções de lazer, esportes e eventos culturais. A estrutura foi montada para conter ginásio de esportes, campo de futebol, parque aquático, bar, churrasqueiras, parque infantil e amplo estacionamento.

Luta e conquistas

No decorrer desses 90 anos, a Apcef/PE vem acumulando benefícios para seus associados: os bailes de Carnaval e de São João, as apresentações do grupo de teatro Luiz Marinho e do coral, os festivais de música, os campeonatos de futebol, as festas e os shows com artistas pernambucanos. Isto sem falar da luta para consolidar a unificação do PCS e a reparação de injustiças praticadas contra os técnicos bancários. <



Entidades em campanha por mais empregados para a Caixa

Atividades incluem raio X das agências por todo o país e realização de diagnóstico por segmentos

A exigência de mais contratações na Caixa propaga-se pelas unidades da empresa e se configura como questão central para as entidades associativas e sindicais. A campanha “Mais empregados para a Caixa - Mais Caixa para o Brasil” já cumpriu a etapa de realização do raio X de agências por todo o país, e entra agora na fase de realização de diagnósticos por segmentos, que vão de técnicos bancários a superintendentes.

As ações são desenvolvidas pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), pelas Associações do Pessoal (Apcefs) e pela Con-

federação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) com seus sindicatos.

O raio X das agências teve início em 14 de agosto, e foi até meados de setembro. Até o fechamento desta edição, 14 das 27 Apcefs haviam concluído o relatório do trabalho realizado nos estados. Além da defasagem no quadro de pessoal das agências, foram levantados dados sobre empregados concursados, terceirizados, estagiários e menores-aprendizes, condições das instalações, efetivo de caixas, situação do atendimento, entre outros.

Em outubro, teve início a composição dos grupos responsáveis pelo diagnóstico por segmento. Serão realizadas até o final do mês reuniões específicas, envolvendo técnicos bancários, escrivães, caixas, tesoureiros, avaliadores, gerentes, superintendentes, entre outros.

Os encontros acontecerão em cidades em que cada segmento apresenta boa representatividade de sua distribuição nacional.

Alguns dos grupos preparados para a realização do diagnóstico serão coordenados pela Fenae, e outros pelas Apcefs dos estados em que determinado segmento irá se reunir.

Os relatórios finais do raio X e do diagnóstico por segmento comporão o conjunto de documentos que serão entregues aos órgãos governamentais e à empresa, juntamente com um abaixo-assinado em que bancários e clientes exigirão mais empregados para a Caixa.

Serão coletadas assinaturas entre os dias 22 de outubro e 23 de novembro. A data estabelecida para a entrega do abaixo-assinado e dos relatórios do raio X e dos diagnósticos é 12 de dezembro.





Assembléia em Brasília: greve desse ano garantiu a contratação de três mil empregados ainda em 2007 e abertura de novo concurso em março de 2008

Atividades de mobilização

As entidades associativas e sindicais realizarão atividades da campanha por todo o país, com o propósito de intensificar a participação dos bancários e da sociedade. Serão programados atos em unidades da Caixa, manifestações públicas e debates.

A Fenae promoverá em Brasília um debate com representantes dos bancários, personalidades e lideranças dos movimentos sociais. Serão convidados também membros do Congresso Nacional e do poder executivo.

O portal www.fenae.org.br contém hotsite com informações da campanha. Os interessados podem baixar para cópia o manifesto e o abaixo-assinado. Estão disponíveis também as artes das peças de divulgação - foram produzidos cartazes, camisetas, adesivos e balões.

A Fenae abriu também no Orkut a comunidade “Mais empregados - Mais Caixa”, para estimular o debate acerca dos problemas decorrentes da carência de mão-de-obra na empresa.

O manifesto assinado pela Fenae, Apcefs e Contraf/CUT lembra que “o volume de serviços prestados ao governo e à sociedade registra crescimento vigoroso ao longo dos últimos anos e vem aumentando a cada dia em função do incremento das políticas públicas, da ‘bancarização’ e da expansão do crédito”. Ressalta também que “as oportunidades oferecidas pelo mercado geram cotidianamente novos desafios à atuação da empresa na área comercial”.

100 mil concursados já

Para as entidades representativas dos

empregados, a Caixa deve adotar já uma estratégia para elevar o quadro de pessoal ao patamar mínimo de 100 mil empregados contratados por concurso público. A empresa conta atualmente com 74.054 empregados concursados. Os estagiários são 11.615 e os adolescentes aprendizes 3.787.

Somados os 11.659 prestadores de serviço, o total de trabalhadores na Caixa hoje é 101.115, contingente inferior ao de 2005, que era de 101.744. Cinco anos atrás, a soma dos empregados concursados, terceirizados, estagiários e menores era de aproximadamente 104 mil trabalhadores.

A mobilização das entidades associativas e sindicais por mais contratações já repercutiu positivamente nas

negociações da campanha salarial deste ano. A pressão do movimento dos empregados levou a empresa a comprometer-se com a contratação de três mil pessoas até o final de 2007 e com a abertura de novo concurso público em março do ano que vem.

Para o vice-presidente da Fenae, Pedro Eugênio Leite, a direção da Caixa precisa compreender que a reivindicação de aumento da mão-de-obra contratada por concurso “é mais que um clamor dos empregados para que seja amenizada a extenuante carga de trabalho a que estão submetidos, é uma necessidade do poder público em seu desafio de implementar políticas de desenvolvimento social e econômico para o país, é uma necessidade do Brasil, da sociedade brasileira”.

O manifesto da campanha frisa que “a carência de mão-de-obra implica perda na capacidade da Caixa de potencializar o alcance das políticas públicas e inibe o financiamento de moradia à classe média (...) dificulta a inclusão bancária, a ampliação do crédito, a geração de emprego e renda e compromete a realização de negócios e a exploração de novos horizontes no mercado”.

Além de estabelecer como meta de curto prazo o patamar mínimo de 100 mil concursados, as entidades que desenvolvem a campanha por mais empregados propõem que o quantitativo de trabalhadores para suprir as necessidades das agências da Caixa de todo o país seja estabelecido a partir de estudo produzido pela empresa com a participação de representantes dos bancários. <



Pedro Eugênio Leite, vice-presidente da Fenae

Fenae Corretora: vantagens especiais ao pessoal da Caixa

A partir do mês de outubro, a Fenae Corretora apresenta uma novidade para os empregados da Caixa de todo o Brasil: eles terão atendimento exclusivo e um portal de serviços em seguros onde poderão cotar, agendar negócios e visitas, imprimir boletos, falar com corretor, acompanhar suas solicitações, sinistros, enfim, tudo isso no portal www.fenae corretora.com.br.

Além da comodidade de obter informações precisas sobre os seguros da Fenae Corretora pela internet, o pessoal da Caixa poderá contar com um corretor exclusivo que estará lotado numa superintendência regional. Serão 30 corretores espalhados pelo país para o atendimento desde a contratação e renovação de seguros, até casos de sinistro e outras ocorrências.

O projeto piloto desse modelo de atendimento funcionou em Brasília de junho a setembro, com direito a posto de atendimento exclusivo no edifício matriz da Caixa. Os números são expressivos: do lançamento, no dia 11 de junho, até o final de setembro, foram mais de 300 chamadas para o Contact Center (centro de atendimento telefônico exclusivo), 561 acessos ao portal, 154 atendimentos no posto e 22 sinistros atendidos.

De acordo com o diretor executivo da Fenae Corretora, Alexandre Monteiro, “o empregado da Caixa vai perceber uma grande mudança: além do tratamento especializado, haverá produtos com melhores preços”. Sobre a experiência do projeto piloto em Brasília, ele ressalta: “A experiência foi muito bem aceita. Diversos empregados tiveram a oportunidade de testar o novo serviço e recebemos diversos elogios”.

A boa qualidade dessa mudança reverteu em novas adesões. Alexandre Monteiro revela que, após a implantação do portal, houve um crescimento nas vendas, de um modo geral, e no índice de renovação, que subiu de 76% para 86%, superando as expectativas de metas.

Descontos em produtos

Dois produtos têm descontos especiais para o pessoal da Caixa: o Auto Exclusivo e Vida Exclusivo. O primeiro é um seguro de automóveis, que oferece descontos exclusivos ao empregado da Caixa e sua família (pais, filhos e cônjuges). Além disso, há o bônus de assistência residencial gratuita com serviços de chapeiro, bombeiro hidráulico e eletricista.

Outra facilidade é o prazo de até 60 dias para pagamento da primeira parcela do seguro, utilizando a opção “Débito em Conta”. Com relação ao valor, há ainda a equiparação de preço com as sete principais seguradoras do mercado (Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Sul América, Real/Tóquio Marine, Porto Seguro e Mapfre. A equiparação é válida para as mesmas condições de cálculo.)

O Vida Exclusivo é um seguro de vida em grupo, com coberturas e benefícios es-

peciais para o empregado Caixa. Oferece ao segurado a oportunidade de concorrer, todos os meses, a sorteios de R\$ 10 mil.

Caso seja indenizado pela cobertura para doenças graves, o segurado recebe cinco anos de seguro grátis. O serviço de assistência funeral também está incluído neste produto. Além disso, há a indenização de 30% do capital segurado, com limite mínimo de R\$ 20 mil e máximo de R\$ 60 mil, para livre uso, se o contratado vier a sofrer de qualquer doença prevista na Cobertura de Doenças Graves, após o período de carência.

Segundo Alexandre Monteiro, a expectativa é multiplicar o novo modelo de atendimento incorporando as estratégias que a experiência de Brasília proporcionou: “O sistema será aprimorado e terá melhorias permanentes, trazendo mais promoções e cada vez mais qualidade no atendimento ao empregado da Caixa” <

Atendimento **Exclusivo**

Soluções na hora que você mais precisa.

Atendimento Exclusivo da FENAE CORRETORA oferece aos Empregados CAIXA auxílio no dia-a-dia de seguros

Acessei o Portal pela primeira vez para fazer uma cotação de Seguro Auto. Assumo que tinha uma resistência com os auto-atendimentos, via internet, pois achei que seria complicado achar no site como fazer a cotação. Fui surpreendida com o Portal do Pessoal da CAIXA, pois o acesso foi fácil, a cotação foi rápida e pouco depois que fiz o acesso um Corretor da FENAE me ligou para me explicar tudo e agendar uma visita.

Voltei a acessar o Portal e obtive informações mais claras sobre os benefícios do seguro Auto Exclusivo e a certeza que tenho uma Corretora para me acompanhar sempre que necessário.

O economizário precisa saber que agora ele pode ter um atendimento diferenciado, única, da Corretora que investe no Pessoal da CAIXA.

Christianne Jacques
Secretária Executiva do SUHAB - Habitação

Você já conhece seu Portal de Soluções em Seguros? Acesse: www.fenae corretora.com.br ou corp.fenae.org.br/portal-caixa/pessoal-caixa

FENAE
CORRETORA DO PESSOAL DA CAIXA

(41) 3322-4384

Convênios: mais benefícios

Com o objetivo de oferecer mais benefícios e melhor qualidade de vida ao empregado da Caixa, a Fenae criou um setor de convênios. Em pleno funcionamento, ele vem estabelecendo parcerias com empresas, universidades e organizações que possam proporcionar descontos significativos em serviços nas áreas de educação, turismo, entretenimento, entre outros.

Os primeiros convênios firmados pela Fenae abrangem a área de educação. Os associados das Apcefs têm descontos atraentes em alguns cursos oferecidos em universidades de todo o país. O objetivo é investir cada vez mais nessa área, aumentando o número de parcerias e conseguindo descontos que incentivem o empregado da Caixa a aprimorar sua formação.

Ensino à distância

A Fenae já firmou convênio com qua-

tro instituições de ensino: a Universidade Católica de Brasília Virtual (UCBV), a Universidade Gama Filho, a Fundação Getúlio Vargas Online (FGV Online) e a Associação Internacional de Educação Continuada (AIEC).

O convênio firmado com a UCBV oferece descontos que chegam a 10% para alguns cursos. Caso haja um grupo de pessoas interessadas em um mesmo curso, é possível solicitar descontos maiores. A Universidade Gama Filho oferece cursos de pós-graduação à distância (PosEAD) em diversas áreas. Alguns módulos têm desconto de 27%. A parceria com a FGV Online oferece 15% de desconto nos cursos de extensão à distância. Na AIEC, o desconto chega a 27% sobre o valor de tabela para o curso de graduação em administração.

Para obter informações detalhadas sobre os cursos, acesse: www.fenae.org.br, seção Convênios. <

Crie você o slogan da Fenae

O slogan deve ser uma expressão concisa e de fácil assimilação pelo público. A frase deve sintetizar as ações da Fenae Federação no cotidiano dos empregados da Caixa.

A federação oferece oportunidades em eventos esportivos, em festivais de música, em concursos de literatura, fotografia, artes plásticas e inúmeras outras modalidades, em ações de responsabilidade social e nas várias campanhas desenvolvidas pelo programa PAR.

Essa presença na vida do empregado é a idéia - ou uma das idéias - que se busca contemplar no slogan a ser adotado.

No planejamento estratégico da Fenae, definiu-se para a nossa entidade a seguinte missão: "Promover o bem-estar do pessoal da Caixa". Eis aí outra valiosa contribuição aos que se lançarem ao desafio de criar o slogan para a nossa federação.

Podem participar todos os sócios efetivos das Apcefs e os contribuintes do Fenae Doações. As inscrições vão de 10 de agosto a 30 de outubro. Cada candidato poderá inscrever uma só frase. O texto deverá ser enviado em formulário que pode ser encontrado no site da Fenae: www.fenae.org.br.

O participante que enviar a expressão vencedora receberá 150.000 pontos para serem resgatados no site www.programapar.com.br e troféu.

Os autores das 10 expressões pré-selecionadas para o júri popular serão premiados com 2 mil pontos cada um, e cada participante inscrito no concurso receberá 200 pontos. Confira a íntegra do regulamento no nosso site.

Atendimento
Exclusivo

Soluções na hora que você mais precisa.

Atendimento Exclusivo da FENAE CORRETORA oferece aos Empregados CAIXA auxílio no dia-a-dia de seguros

Procurei o atendimento da FENAE CORRETORA devido a um sinistro que tive com um veículo. O veículo estava alienado (leasing) a um outro banco, o que gerou uma série de contratempos para que o pagamento do prêmio ocorresse. Os Corretores Exclusivos da FENAE CORRETORA acompanharam o processo e, embora não conseguissem antecipar os prazos para pagamento, dado que se tratava de um leasing, foram bastante atenciosos. Todas as ligações foram retornadas. Houve bastante agilidade nas respostas. O Portal do Pessoal da CAIXA, ainda em Piloto em Brasília, é mais uma alternativa para quem utiliza os serviços da CAIXA SEGUROS. Ele facilita a vida dos usuários. O Portal é útil, e complementa a ajuda dos corretores que oferecem um atendimento ágil e humanizado.

Leonardo Araujo
Gerente Nacional
da Ouvidoria CAIXA

Você já conhece seu Portal de Soluções em Seguros? Acesse: www.fenae.org.br ou www.fenae.org.br/portal-caixa-seguros

FENAE
A CORRETORA DO PESSOAL DA CAIXA

(61) 3322-4386

Radiografia do plano de saúde dos empregados da Caixa

Saúde Caixa substituiu antigo Pams. Resultou de amplo debate e foi implantado em 2004

Quinto maior programa de saúde do país no modelo de autogestão, com mais de 223 mil beneficiários – entre empregados, aposentados, pensionistas e seus familiares –, o Saúde Caixa é o plano de assistência médica dos empregados da Caixa Econômica Federal. Foi implantado em julho de 2004 e resultou de amplo debate entre a Caixa e o movimento nacional dos empregados, tendo sido objeto de deliberações em várias edições do Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef). O programa, além das coberturas tradicionais com profissionais médicos, clínicas, laboratórios e hospitais, atende demandas em odontologia, fisioterapia e psicologia.

O Saúde Caixa surgiu para ocupar o lugar do antigo Programa de Assistência Médica Supletiva (Pams), que pos-

suía uma série de problemas que o inviabilizava e já não correspondia às expectativas do conjunto dos empregados, sobretudo aqueles admitidos a partir de março de 1997, obrigados a pagar 50% de participação na utilização dos serviços. Rompia-se, assim, a lógica da progressividade de pagamento, com variação de valores: 10% para quem ganhava menos, 15% para a faixa salarial intermediária e 20% para os maiores salários.

Não havia qualquer mecanismo de participação dos empregados na gestão do Pams. Como as distorções aumentavam a cada exercício, a Caixa procurou a representação nacional dos empregados e propôs negociar um novo plano de saúde. As negociações fracassaram, pois a empresa tinha a intenção de impor um modelo concebido com base na lógica de transferir gradualmente aos empregados o total dos custos com a assistência à saúde. Em um primeiro momento, a proposta foi feita em 1999 e previa o congelamento da participação da empresa em 3,5% da folha de pagamento.

Desconhecia também por completo a chamada inflação médica, costumeiramente superior aos índices de preços levados em conta para o cálculo da inflação. Os tempos eram de um governo com os olhos voltados para o mercado *stricto sensu* e a Caixa estava sendo preparada para a privatização.

Pams Caixa: vida curta

Assim surgiu o Pams Caixa, implantado de forma unilateral em fevereiro 2002. Esse plano foi contestado judicialmente pelas entidades sindicais e associativas do Brasil inteiro. O valor da mensalidade cobrada era fixo em R\$ 38,26, com participação de 20% do custo do procedimento quando da utilização de qualquer serviço. Esse percentual, que era o mesmo, independentemente da faixa salarial do empregado, estava limitado aos tetos anuais de R\$ 400,00 para pessoas com até 59 anos incompletos e R\$ 600,00 para os que tivessem 59 anos ou acima disso. Estudos apontavam a necessidade de que o valor da mensalidade fosse reajustado para R\$ 100,00, já em 2003, e o teto deveria subir para R\$ 1.000,00. Alegava-se ser essa a única maneira de o programa vir a ser sustentável. Com o tempo, a sistemática adotada tornaria o plano proibitivo para os menores salários e consolidaria uma política de saúde excludente, pois a cada ano um número maior de empregados seria forçado a desvincular-se do Pams Caixa. Um dos segmentos mais afetados seria o de técnico bancário. Esses trabalhadores não só recebiam os salários mais baixos, na época algo em torno de R\$ 850,00, mas também teriam que desembolsar R\$ 100,00 de mensalidade, o que corresponderia a 11,76% de sua remuneração.

Posteriormente foi adotada a nomenclatura Saúde Caixa, mas as características do plano foram mantidas. Muitos dos problemas foram diagnosticados pelas entidades sindicais e associativas, e a exigência de uma solução passou a fazer



Ato de assinatura do Saúde Caixa reuniu representantes da empresa e dos empregados

parte das reivindicações do movimento nacional dos empregados. Na linha de frente desses problemas, encontravam-se o percentual destinado pela Caixa ao custeio do antigo Pams, de 3,5% da folha de pagamento (valores congelados), não incluindo os aposentados, e a falta de solução para as dívidas do antigo Pams.

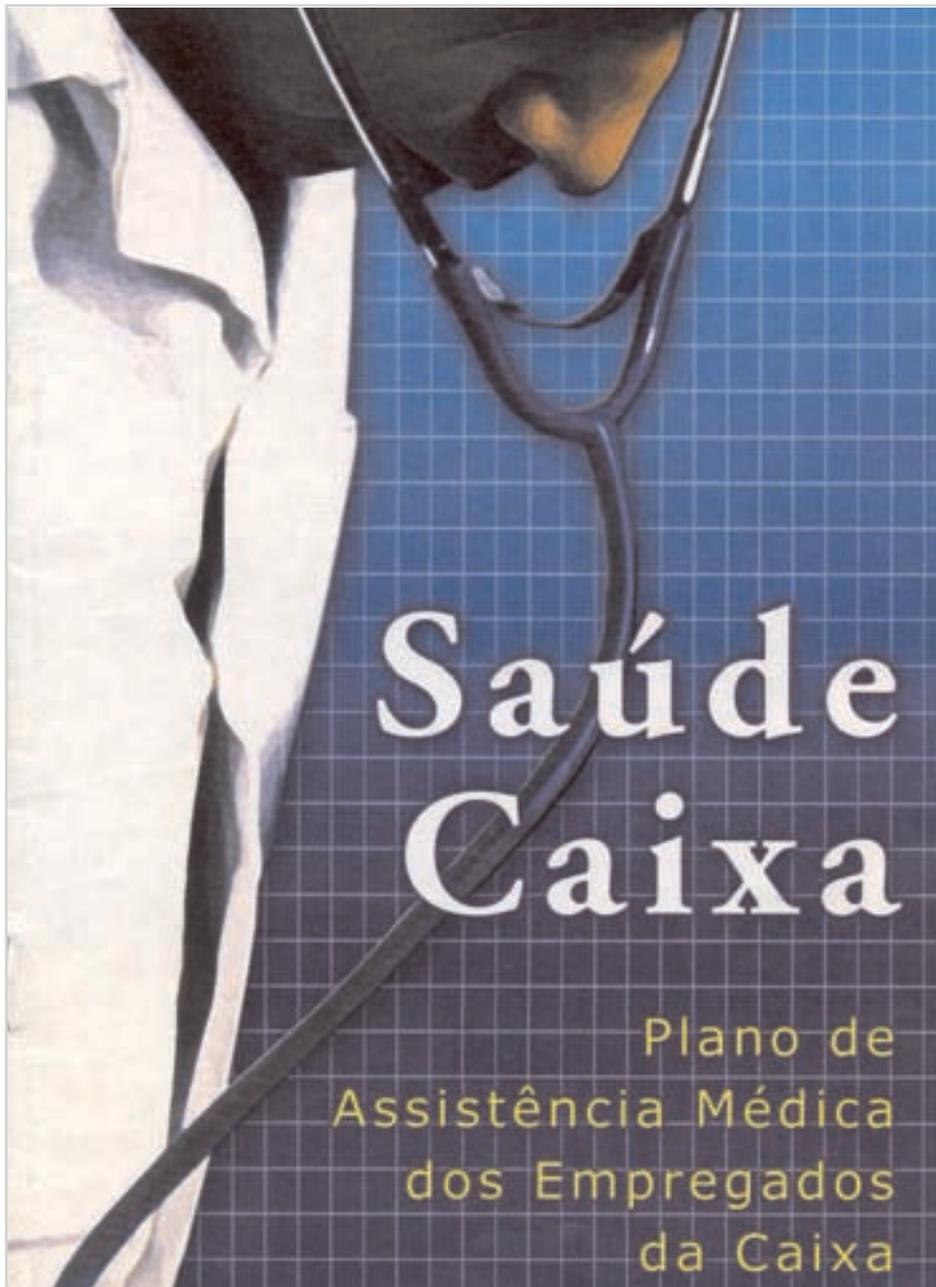
Como uma bola de neve, os altos custos do antigo Pams sobrecarregavam empregados, resultando em dívidas conhecidas como “impagáveis”. Assim ocorria porque o empregado ou seu dependente, quando utilizava qualquer serviço, tinha de pagar a participação de 10%, 15%, 20% ou 50%, no caso dos admitidos após 1997. A participação não previa teto. Quando se tratava de procedimento de alto custo, o valor da participação era elevado. Como o débito era efetuado em folha de pagamento, com limite de 10% da remuneração, a amortização se dava de forma muito lenta. Não raro, as dívidas se estendiam até a aposentadoria e, às vezes, ficavam para os pensionistas ou herdeiros.

O movimento nacional dos empregados reivindica que seja dada prioridade para a negociação das dívidas “impagáveis” do antigo Pams. O problema se arrasta desde a conclusão das negociações do Saúde Caixa, em dezembro de 2003, e ainda hoje carece de solução definitiva. A anistia dessas dívidas foi reivindicada na pauta específica da campanha salarial de 2007, encerrada em meados de outubro, e deverá ser alvo de novas negociações em mesas permanentes entre os representantes da empresa e dos empregados.

Saúde Caixa

Em 2003, com a retomada do processo de negociações entre o movimento dos empregados e a Caixa, foi possível evoluir para a atual formatação do Saúde Caixa. O coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) e secretário de Saúde da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), Plínio Pavão, afirma que esse plano tem o mérito de oferecer “melhorias a todos os empregados, a começar pela mensalidade proporcional ao salário.”

Plínio lembra que, com as alterações, a Caixa manteve sua parcela de



responsabilidade na sustentação do plano, com a participação da empresa sendo modificada de 3,5% da folha de pagamento para 70% das despesas totais com assistência, acrescida de mais 100% das rubricas administrativas. Aos empregados, aposentados e pensionistas cabem os 30% restantes dos custos com assistência.

A participação dos empregados na utilização dos serviços cobertos pelo Saúde Caixa foi firmada em 20%, com teto anual está estipulado em R\$ 1.780,00. O que ultrapassa esse valor é quitado por um fundo chamado de “resseguro”, que é um

dos mecanismos criados para assegurar o equilíbrio do plano. O objetivo é evitar a ocorrência de dívidas “impagáveis”, como as do antigo Pams. O teto do “resseguro” é calculado anualmente com base no desempenho do plano no exercício findo e na projeção atuarial para os três anos seguintes. O reajuste desse teto é fator determinante para que o plano se auto-sustente, não podendo estar indexado de maneira inflexível a qualquer indicador.

É um equívoco considerar o reajuste do teto como reajuste do plano. Cada caso terá de ser verificado individualmente. Plínio Pavão explica que esse reajuste

poderá ter impacto zero para o empregado que registrar baixa utilização e poderá ainda não ser significativo para um outro com uma utilização maior, tendo em vista o valor de mensalidade nominalmente mais expressivo.

De acordo com ele, o importante é as pessoas entenderem que, quando o valor do teto for extrapolado, o excedente será pago pelo “resseguro”, que deve dispor de um fundo capaz de cobrir todas as despesas acima do limite. “Esse fundo funciona como uma espécie de mútuo: todos pagam para cobrir a necessidade de um empregado ou seu dependente, quando houver necessidade de um procedimento de custo elevado. Por isso, acrescenta, é fundamental não ocorrerem insolvências”. Pavão enfatiza também a importância do Conselho de Usuários, cuja principal atribuição é acompanhar o desempenho do Saúde Caixa, opinando sobre os reajustes quando necessário, sempre tendo claro que todo o valor da assistência é arcado em 70% pela Caixa e em 30% pelos empregados, em forma de rateio.

Cobrança retomada

Os reajustes do teto ocorridos em 2005 e 2006 deram-se, principalmente, em razão da adoção do Cadastro Brasileiro Hierarquizado de Procedimentos Médicos (CBHPM) para pagamento dos procedimentos. Essa tabela passou a ser utilizada, no período de janeiro a dezembro de 2005, a partir de uma negociação entre os profissio-



Pendências no Saúde Caixa continuam sendo discutidas em mesas permanentes de negociação

nais, os estabelecimentos de saúde e a Unidas, entidade representativa dos planos de saúde de autogestão, da qual o Saúde Caixa é participante, elevando os custos dos procedimentos em até 80% em alguns casos.

Outro problema foi a interrupção do processamento das contas do plano. Por responsabilidade da Caixa, a empresa que prestava serviço teve seu contrato encerrado, sem que fosse contratada outra em tempo hábil. Isso gerou a suspensão dos débitos mensais das participações, causando transtornos aos participantes.

A regularização somente foi possível a partir de abril de 2007, com a contratação de nova empresa. Por proposta da Contraf/CUT, há o compro-

misso da Caixa de que a cobrança dos atrasados não prejudique os empregados e de que seja respeitado o limite de 10% do Saúde Caixa. A Caixa também se compromete a apresentar aos empregados os extratos com o valor total da dívida, divididos mês a mês e por procedimento. Ficou negociado ainda que a emissão e o envio dos extratos será normalizado até o dia 20 de novembro deste ano, com cobrança a partir de janeiro de 2008. Caso ocorra atraso nesse procedimento, a cobrança do débito será retomada em fevereiro do próximo ano, respeitado um prazo mínimo de 60 dias entre a apresentação dos dados e o início da cobrança em folha de pagamento.

O acerto entre as partes prevê também que a cobrança dos atrasados do Saúde Caixa ocorra por débito em conta corrente em até 24 meses, desde que autorizado pelo empregado, com valor mínimo de R\$ 30,00 nas prestações.

Todos esses problemas trouxeram sérios reflexos para o trabalho do Conselho de Usuários, composto de forma paritária por cinco membros indicados pela Caixa e cinco eleitos pelos participantes, além de seus respectivos suplentes. Entre abril de 2005 e abril de 2007, a falta de sistema inviabilizou a emissão dos balancetes mensais e impediu, sobretudo, que o Conselho cumprisse uma de suas principais atribuições: acompanhar o desempenho financeiro do plano durante cada exercício, pro-



Conselho de Usuários do Saúde Caixa é paritário e realiza reuniões ordinárias de três em três meses

pondo alterações nos valores de contribuição dos titulares, sempre que houver necessidade. O Conselho de Usuários é autônomo, mas não tem caráter deliberativo, e suas reuniões ordinárias são trimestrais.

No final de 2006, quando da apreciação das contas para debate sobre a necessidade ou não de reajustes, os representantes da Caixa no Conselho de Usuários propuseram elevação do teto para R\$ 1.800,00. A proposta não contou com a anuência dos representantes eleitos, que contrapropuseram o valor de R\$ 1.452,00 com base em um índice de 21%, composto pela inflação médica do período, de 14%, e pela projeção de reajuste de alguns procedimentos na tabela da CBHPM, estimado em 7%. A empresa, no entanto, elevou unilateralmente o valor do teto para R\$ 1.780,00.

O mandato dos atuais membros eleitos do Conselho de Usuários encerra-se no início de dezembro. Em mesa de negociação permanente com a empresa, a Contraf/CUT propôs a prorrogação desse mandato para 31 de dezembro, de modo a que haja coincidência com o fechamento do exercício contábil de 2007 do Saú-

de Caixa. A alteração foi incluída no acordo coletivo de 2007/2008.

O movimento nacional dos empregados cobra ainda a implantação do plano Saúde Família, que permanece em discussão no GT Saúde e no Conselho de Usuários. Esse novo plano permitirá a inclusão de parentes não-dependentes (pais com renda, filhos maiores de 21 anos não-estudantes, filhos maiores de 24 anos etc.), com utilização da rede do Saúde Caixa a preço de custo.

Solução: comitês

Não fossem apenas as dores de cabeça com a questão para sustentar financeiramente o Saúde Caixa, há os crônicos desafios com a rede de credenciados. Os maiores problemas encontram-se nas regiões com carência de profissionais, clínicas, hospitais e outras empresas. Frequentemente, há dificuldades para manter os credenciados, problema detectado em todas as regiões do país, e o Conselho de Usuários não tem estrutura para fazer o acompanhamento adequado.

O movimento sindical negociou com a Caixa uma forma para melhorar as condições de credenciamento ao Saúde Cai-

xa. A proposta é de que sejam constituídos comitês para acompanhar o processo com os credenciados ou descredenciados. Esses comitês serão formados por representantes indicados pela Contraf/CUT e pelas Gerências de Filiais de Pessoas (Gipes), com a garantia de participação dos aposentados. Os comitês deverão ainda contar com a participação do gerente da Gipes de cada região. Caberá a esses organismos acesso a toda a documentação relativa a credenciamentos e descredenciamentos, além de participação assegurada nas reuniões específicas para discutir esses processos.

Os comitês não serão deliberativos, mas terão o poder de denunciar eventuais irregularidades ao Conselho de Usuários e discutir alternativas para quaisquer problemas.

A garantia do plano Saúde Caixa aos empregados em efetivo exercício na Caixa, e que venham a se aposentar pela Previdência Social, além de sua manutenção para os aposentados, foi uma das importantes conquistas da campanha salarial deste ano. <

Antonio José Reis
Jornalista da Fenaé



Programa de saúde dos empregados da Caixa foi elaborado por um grupo de trabalho paritário. Implantação do Saúde Caixa ocorreu em julho de 2004

Prioridade à garantia de direitos iguais na Caixa

Alguns direitos foram resgatados pelos técnicos bancários, mas ainda há questões pendentes

A isonomia de direitos foi colocada como prioridade do movimento dos empregados da Caixa ao longo deste ano. A mobilização foi impulsionada por encontros de técnicos bancários em vários pontos do país e pela campanha lançada em abril pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), com o envolvimento dos trabalhadores de todos os bancos públicos federais.

A campanha da Contraf/CUT foi movimentada pela busca de adesão ao abaixo-assinado em apoio ao projeto de lei dos deputados do PC do B, Inácio Arruda (CE) e Daniel Almeida (BA), que estende aos novos empregados de ban-

cos federais todos os direitos dos trabalhadores antigos. A diferença de tratamento foi introduzida por resoluções publicadas em 1995 e 1996 pelo órgão de controle das empresas estatais, o CCE/Dest.

Na Caixa, os contratados a partir de 1998 foram registrados como técnicos bancários, sem uma série de benefícios concedidos aos demais trabalhadores. Não tinham direito à ausência por interesse pessoal (Apip), nem a licença-prêmio, anuênio, gratificação ou parcelamento de férias. Tinham de arcar com 50% das despesas médicas, enquanto os outros empregados pagavam 10%. A mensalidade do plano de saúde foi estabelecida com valor nominal igual para qualquer empregado – os que ganham mais pagando o mesmo que os que ganham menos.

Na Funcef, os técnicos bancários foram enquadrados em um plano de benefícios recusado pelo movimento

associativo e sindical, o REB.

Também os aposentados perderam direitos. Em 1995, a empresa cortou o tíquete-alimentação, só retornando o benefício em 2005 para quem havia se aposentado até a data de suspensão e estava com ação na Justiça – quem se aposentou depois de fevereiro de 1995 continuou sem o direito ao tíquete. A cesta-alimentação conquistada pelo pessoal da ativa na campanha salarial de 2002 também não é paga.

Além disso, a Caixa estabeleceu salários diferenciados entre ocupantes de cargo de gerência em agências de mesmo nível (I, II, III ou IV), tendo por referência mercados de classificação diferentes (A, B, C ou D). Gerentes regionais e superintendentes foram submetidos ao mesmo tipo de distorção – estando em superintendência de mesmo nível (I, II ou III), passaram a ter salários distintos por estarem em mercados diferentes (A, B, C ou D).



Bancários entregam abaixo-assinado por isonomia nos bancos públicos a Nelson Marquzelli, presidente da Comissão de Trabalho da Câmara Federal



Encontro nacional por isonomia nos bancos públicos federais, no dia 13 de agosto, em São Paulo

Alguns direitos resgatados

A luta contra a discriminação fez parte da resistência aos ataques neoliberais contra os direitos dos trabalhadores e alcançou seus primeiros avanços em 2003. Na campanha salarial daquele ano, os técnicos bancários conquistaram a Apip de cinco dias e o parcelamento de férias em até cinco vezes. Foi extinto o mercado C.

Em 2004, veio o direito à conversão da Apip em espécie. Deu-se também a implantação do Saúde Caixa - as despesas médicas deixaram de ter custos diferenciados para empregados antigos e novos, e a mensalidade passou a ser calculada percentualmente (valores diferentes para salários distintos). A mudança implicou redução de cerca de 50% na mensalidade que era paga pelos técnicos bancários.

A situação mudou também na Funcef. Os novos empregados passaram a participar do Novo Plano, implantado no início de 2006. Aos técnicos bancários já enquadrados no REB, está sendo viabilizada a mudança de plano. A migração foi aprovada pela diretoria da fundação, e procedimentos já estão sendo adotados, enquanto é aguardada autorização da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

Recentemente, a Caixa comprometeu-se com o retorno do tíquete-alimentação para todos os aposentados até fevereiro de 1995, independentemente de ações judiciais.

Problemas pendentes

Para o movimento associativo e sindical dos empregados, a solução dos problemas de isonomia ainda pendentes deve começar pela criação de uma nova tabela de salários que inclua todos os empregados, com o piso atual do técnico bancário e teto equivalente à referência 95, mais vantagens pessoais do antigo plano de cargos e salários.

As representações dos empregados exigem ainda a concessão de licença-prêmio e anuênio aos técnicos bancários. A licença para os admitidos antes de 97 é de 18 dias por ano, para gozo ou conversão em espécie. O anuênio corresponde a um adicional de 1% por ano de trabalho.

No caso das discrepâncias salariais entre gerentes e superintendentes, deve ser eliminada a classificação de mercados como fator de diferenciação.

Para os aposentados, a exigência é de pagamento do tíquete-alimentação e da cesta-alimentação a todos, sem qualquer tipo de discriminação. <

Direitos subtraídos

- Licença-prêmio
- Apip
- Anuênio
- Vantagens pessoais
- Parcelamento de férias
- Valor igual para despesas médicas
- Mensalidades do plano com valor proporcional ao salário
- Mesmo plano de benefícios na Funcef
- Tíquete-alimentação para aposentados
- Salário igual nas gerências e superintendências de mesmo nível

Direitos resgatados

- Apip (em 2003) – conversão em espécie em 2004
- Parcelamento de férias (em 2003)
- Percentual igual para todos nas despesas médicas
- Mensalidade do plano de saúde percentual ao salário
- Mesmo plano de benefícios na Funcef (Novo Plano)
- Tíquete-refeição para todos os aposentados até 1995, independentemente de ação judicial

Pendências

- Criação de nova tabela salarial que inclua todos os empregados
- Licença-prêmio de 18 dias por ano, para gozo ou conversão em espécie
- Anuênio correspondente a um adicional de 1% por ano de trabalho
- Eliminação da classificação de mercado para efeito de definição de salários na área gerencial
- Tíquete-refeição para todos os aposentados, independentemente de data de aposentadoria
- Cesta-alimentação para todos os aposentados

Aumento real de salários e unificação



As negociações esbarraram na intransigência da Caixa e o impasse foi resolvido com a greve de sete dias

A categoria bancária demonstrou mais uma vez o seu poder de mobilização na campanha nacional deste ano. Com unidade e muita disposição de luta, obteve aumento real de salários – reajuste de 6%, contra uma inflação de 4,82% (INPC) entre setembro de 2006 e agosto de 2007 – e conquistou nova cláusula econômica com a 13ª cesta-alimentação.

O valor do tiquete-alimentação subiu para R\$ 323,84 e o da cesta-alimentação para R\$ 252,36. A participação nos lucros e resultados (PLR) foi novamente assegurada a todos os bancários, e representou importante ganho financeiro para o conjunto da categoria.

No âmbito da Caixa, as negociações esbarraram na intransigência dos administradores, que recusavam a atender as reivindicações específicas. Mas os em-

pregados souberam se contrapor de forma coesa e firme à inflexibilidade da empresa, e asseguraram conquistas importantes, entre as quais a garantia de unificação das tabelas das carreiras administrativas dos planos de cargos e salários anteriores e posteriores a 1998,

com inclusão das vantagens pessoais e correção da curva salarial tendo em conta os R\$ 30,00 da campanha de 2004.

A força da greve deflagrada em todo o país foi capaz, inclusive, de resistir à violência que a Caixa decidiu utilizar contra o movimento, ao buscar amparo no



Negociação em 10/9: o representante dos aposentados, Décio de Carvalho (de frente, à esquerda), foi presença constante na mesa, rompendo a exclusão imposta pela empresa em anos anteriores

ção das tabelas dos PCSs da Caixa

Tribunal Superior do Trabalho (TST) para tentar encerrar a paralisação.

Além da sustentação dada pela greve, os representantes dos trabalhadores atuaram também junto a parlamentares e membros do governo pela reabertura das negociações, sem interferência da Justiça do Trabalho. Os dirigentes sindicais bancários repudiaram o recurso ao TST como forma de solução do conflito, e insistiram em obter da Caixa uma proposta que fosse além do patamar colocado antes da deflagração da greve.

Diante da forte resistência do movimento grevista, a Caixa colocou na mesa uma proposta de pagamento da PLR em três faixas de valores fixos, modelo diferente do adotado pela Fenaban. Os representantes dos empregados consideraram a proposta ruim e sem chance de aprovação nas assembleias. A empresa fez nova formulação, chegando à proposta de duas faixas com valores fixos.

A proposta apresentada aos empregados em greve ficou abaixo das expectativas no item PLR, mas apresentou avanços em reivindicações importantes. A unificação das tabelas é positiva, tanto para os técnicos bancários como para os escriturários, uma vez que implicará na instituição da promoção por merecimento. Sai também fortalecida a luta por melhores condições de trabalho, tendo sido assegurada a contratação de três mil novos empregados ainda este ano, e também a abertura de novo concurso público em março de 2008. “Essas são conquistas que dão mais vigor à campanha ‘Mais empregados para a Caixa – Mais Caixa para o Brasil’, deflagrada pelas entidades associativas e sindicais”, diz o presidente da Fenae, José Carlos Alonso.

Há que se destacar também o fato de que passa a constar no aditivo da Convenção Coletiva Nacional a inclusão dos aposentados no Saúde Caixa. Depois de duas décadas, é a primeira vez que os aposentados têm uma de suas reivindicações contempladas em acordo coletivo. <



Principais conquistas da campanha salarial na Caixa

- Reajuste de 6% para os salários e as demais verbas salariais, conforme negociado com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).
- 13ª cesta-alimentação (conquista nova) de R\$ 252,36, mesmo valor das que são pagas mensalmente.
- PLR: empregados sem função (R\$ 4.100,00) e empregados com função (R\$ 4.362,84). Caso a empresa obtenha lucro superior a 15% em 2007, serão pagos mais R\$ 600,00 linearmente, em março de 2008. A empresa pagará 60% da PLR na folha de outubro, e 40% em março do próximo ano.
- Unificação das tabelas das carreiras administrativas dos planos de cargos e salários pré e pós-98.
- Parcelamento de férias em 10 vezes.
- Contratação de três mil empregados até o final de 2007.
- Abertura de concurso público para novas contratações em março de 2008, exceto para São Paulo e Rio de Janeiro.
- Empréstimo consignado pela menor taxa praticada pela Caixa no mercado.
- Inclusão no aditivo da Convenção Coletiva Nacional da garantia de manutenção do Saúde Caixa aos aposentados pelo INSS em efetivo exercício na Caixa.
- Negociação no prazo de 30 dias para regulamentação do uso da internet.
- Instituição de 4 mil bolsas para cursos de idiomas (inglês, espanhol, japonês) de até R\$ 1.200,00 no ano.
- Conversão em espécie de até 30 dias de licença-prêmio e Apip.
- Reabertura do saldamento do REG/Replan e adesão ao Novo Plano da Funcef.
- Transferência dos aposentados do PMPP para a Funcef.

Suor, torcida e muito



De norte a sul do país, mais de dois mil atletas participaram dos Jogos Regionais neste ano

Os Jogos Regionais de 2007 reuniram mais de dois mil atletas em todo país, em dezenas de modalidades esportivas. De norte a sul do Brasil, as Apcefs promoveram um espetáculo esportivo com direito à torcida animada, apresentações musicais.

A abertura dos Jogos do Nordeste teve direito a show de músicas e danças com o grupo “Pernambuco de Todos os Ritmos”. A festa de premiação nos Jogos do Sudeste foi logo tomada por uma banda que animou a noite dos atletas das delegações participantes. Os atletas cantaram “Parabéns a você”, em referência ao centenário da Apcef/SP completado neste ano. Nas demais regiões, os jogos ocorreram na mesma animação: muitos elogios chegaram à Fenaef com relação à organização dos jogos e à boa receptividade das Apcefs que sediaram os eventos. Veja a seguir o quadro geral dos jogos.



Sudeste

Entre os dias 23 e 25 de agosto, a sede praiana da Apcef/RJ, em Rio das Ostras, recebeu os Jogos Regionais do Sudeste. Mais de 400 atletas das delegações de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo participaram dos jogos. São Paulo conquistou o bicampeonato, levando para casa 45 medalhas: 21 de ouro, 15 de prata e 9 de bronze.

Rio de Janeiro ficou em segundo lugar, seguido por Minas Gerais e Espírito Santo.

O evento teve 14 modalidades: vôlei de quadra e de areia, basquete, futebol society, futsal, futvôlei, natação, atletismo, buraco, damas, xadrez, sinuca, tênis de mesa e tênis de quadra.



Norte

A delegação do Amazonas foi a grande campeã dos Jogos Regionais do Norte, que ocorreram em Santarém (PA), e envolveram atletas de seis estados: Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, entre os dias 23 e 26 de agosto. O segundo lugar ficou com a delegação do Pará, enquanto Rondônia e Roraima, respectivamente, foram classificadas em terceiro e quarto lugares. O quinto lugar foi conquistado pelo Amapá, ficando a sexta posição com os atletas do Acre.

a animação nos Jogos Regionais



Nordeste

Os Jogos do Nordeste foram realizados entre os dias 6 e 8 de setembro em Recife (PE). Oito estados nordestinos enviaram atletas: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

No total, 634 atletas competiram em 14 modalidades desportivas. Após três dias de disputas, a Bahia sagrou-se tetracampeã dos Jogos do Nordeste. O estado campeão somou cinco medalhas de ouro: no futsal, atletismo masculino e feminino, xadrez e natação masculina. Ficou com duas medalhas de prata, no basquete e dominó; e três bronzes, no futebol society e tênis de campo feminino e masculino.

A delegação de Pernambuco conquistou o segundo lugar, ficando assim a classificação das demais delegações: Ceará (terceiro), Maranhão (quarto), Paraíba (quinto), Piauí (sexto), Alagoas (sétimo), Rio Grande do Norte (oitavo) e Sergipe (nono).



Centro-Oeste

A cidade de Cuiabá (MT) reuniu 330 atletas de cinco Apcefs (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins) nos Jogos do Centro-Oeste. A delegação do Distrito Federal foi a campeã. Goiás conquistou o segundo lugar, ficando assim a classificação das outras delegações: Mato Grosso (terceiro), Mato Grosso do Sul (quarto) e Tocantins (quinto).



Sul

Os Jogos do Sul ocorreram de 7 a 9 de junho, em Curitiba (PR), e reuniram 370 atletas de 47 modalidades. Não houve um vencedor, mas competições em que os atletas deram destaque às suas delegações. No atletismo, os competidores do Paraná obtiveram melhor pontuação. A delegação de Santa Catarina se destacou nas modalidades buraco, dama e futsal feminino. Os atletas do Rio Grande do Sul tiveram bom desempenho em provas de corrida rústica, natação, basquete e futsal masculino. <



Recorde nas ruas de Fortaleza

A capital cearense foi a décima-quinta cidade a receber o projeto “Eu Faço Cultura”, e bateu o recorde de participações nas oficinas e no show. Ao todo, foram mais de 100 pessoas inscritas em cada oficina - música e fotografia -, e mais de 5.300 pessoas conferiram o show Luau MTV, do cantor Nando Reis, na semana cultural, de 22 a 25 de agosto.

O presidente da Apcef Ceará, Antônio Laércio de Andrade, avalia que a passagem do projeto “Eu Faço Cultura” em Fortaleza foi um sucesso: “O show foi muito bom. A participação das pessoas foi acima da expectativa, o público apareceu em peso e a apresentação foi muito animada”. Ele acrescenta também que a organização do evento foi muito boa: “Todas as demandas foram atendidas, a organização foi muito atenciosa e nós só recebemos elogios”.

Alceu Valença em Santa Catarina

Alceu Valença foi o grande destaque em Joinville e Chapecó, nos dias 17 e 18 de agosto: ele se apresentou nessas duas cidades catarinenses, que também receberam as tradicionais oficinas de música do projeto.

Lenine no Paraná

O destaque da semana cultural paranaense nas cidades de Curitiba e Londrina foram os shows do Lenine. O cantor se apresentou nas duas cidades (dias 21 e 22 de setembro), e não deixou ninguém parado ao cantar sucessos como “Olhos Negros”, “Jackson do Pandeiro” e “Paciência”. Em Curitiba, a exposição “Margens da Cor”, do fotógrafo paraense Luiz Braga, ficou aberta ao público até o dia 7 de outubro.

Semana clássica em João Pessoa e Aracaju

O “Eu Faço Cultura” aportou em João Pessoa (PB) no dia 27 de setembro, e em Aracaju (SE) no dia 28, levando para essas cidades a clássica semana cultural, com a oficina de música do SomCatado e show com o grupo musical Nando Reis e os Infernais.

Trio inusitado em São Paulo: Frejat, Toni Garrido e Paula Lima

Como parte do projeto “Eu Faço Cultura” em São Paulo, Frejat, Toni Garrido e Paula Lima fizeram um espetáculo musical que agitou a casa de shows “Tom Brasil”, no dia 2 de outubro. A exposição “Do lado de dentro da minha porta – do lado de fora da minha janela”, do fotógrafo Luís Humberto, continua aberta até o dia 4 de novembro com entrada gratuita aos sábados. <

Outubro

Nesse mês, o “Eu Faço Cultura” esteve também em Cuiabá (MT) e Goiânia (GO). A próxima semana cultural será no Rio de Janeiro (RJ), de 30 de outubro a 3 de novembro. Acompanhe a agenda de shows pelo site www.eufacocultura.com.br.

A moda das árvores

Saiba o que fazer para que o plantio de árvore se torne uma opção efetiva para a neutralização do carbono e não apenas uma moda passageira

Atualmente, empresas, governos, associações e organizações vêm aderindo a ações de plantio de árvores que visam neutralizar a emissão de carbono gerada por suas atividades. Esta medida tem como objetivo diminuir o impacto do excesso de gases como o dióxido de carbono (CO₂), que são emitidos na natureza, agravando o efeito estufa e, conseqüentemente, as mudanças climáticas que já são um problema no planeta. A elevação do nível dos oceanos, os incêndios mais freqüentes em áreas florestais e as alterações nas correntes marítimas são alguns dos resultados já aparentes.

Mas atenção: antes de pegar a pá e plantar sua muda de árvore, é preciso entender qual a dimensão desse gesto. “É de uma demagogia sem tamanho acreditar que só plantando árvores, você vai resolver o problema do aquecimento global no mundo -- isso é um insulto aos biólogos”, alerta o professor Dr. Genebaldo Freire, coordenador do curso de engenharia ambiental da Universidade Católica de Brasília.

O professor explica que o plantio de árvores é bem-vindo, mas sempre deve estar associado a outras mudanças de hábito e estilo de vida que possam evitar a

queima de combustível fóssil, ou diminuí-la, quando isso for inevitável. Genebaldo recomenda, por exemplo, substituir gasolina por álcool, incentivar uso de transporte coletivo, economizar energia e água, reciclar produtos, optar pela compra de materiais que não agredam o meio ambiente em sua produção, entre outras ações.

Com relação ao tipo de árvore a ser plantada, o engenheiro florestal e professor da Universidade de Brasília, Eleazar Volpato, orienta: “Se estivermos numa situação desesperadora, em que o objetivo é neutralizar a máxima quantidade de carbono possível em um curto prazo, o ideal é apostar nas espécies de crescimento relativamente rápido, como o eucalipto”. O professor acrescenta: “Do ponto de vista econômico, o eucalipto tem a vantagem de produzir madeira que pode servir de matéria-prima para substituir outros produtos duráveis que hoje são feitos a partir do petróleo, como cadeira, divisória de escritório”.

Caso a empresa esteja buscando realizar uma ação prioritariamente ambiental, o professor Eleazar recomenda o plantio de espécies nativas e a recuperação de florestas silvestres. O professor Genebaldo Freire discorda do plantio de espécies exóticas e enfatiza: “O ideal é plantar as espécies nativas de cada local do Brasil, ajudando a preservar, quando possível, espécies em extinção”. Outra questão que Genebaldo coloca como preocupante é a plantação de uma única espécie, em larga escala, num mesmo local “Toda monocultura é ruim porque simplifica um ecossistema. Hoje já existe um abuso de monoculturas para a produção de papel, ou grãos, o que deve ser evitado por todos”. <

Conquista decisiva para a organização dos empregados

Greve de 30 de outubro de 1985 determinou jornada de seis horas e direito à sindicalização na Caixa

O processo da luta pela jornada de trabalho de seis horas e a condição de trabalhador bancário, com direito à sindicalização, integram um enredo de longas batalhas. Protestos, encontros, manifestações, articulações políticas em nível institucional e greves foram realizadas em todo o país para reafirmar a dignidade e a cidadania de um segmento fundamental do sistema financeiro público: os empregados da Caixa Econômica Federal.

As primeiras sementes desse movimento surgiram em 1984, ano marcado por intensa mobilização popular pelas eleições diretas para a Presidência da República. Naquela época, a reivindicação pela jornada de seis horas e pela sindicalização aproximava a luta em defesa dos direitos dos empregados da Caixa do movimento oposicionista mais geral, contra o autoritarismo e pela democratização do país e a independência nacional.



Oficialmente, o movimento pelas seis horas e pela sindicalização foi fundado em julho de 1985, por iniciativa de uma Comissão Nacional de Mobilização, criada para conduzir o processo em todo o Brasil. É dessa época o 1º Encontro Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Enecef). Este evento foi determinante para que, em setembro de 1985, os trabalhadores da empresa realizassem uma greve nacional por aumento salarial, parando o país de ponta a ponta e com fortes reflexos dentro do mundo Caixa.

Toda essa mobilização culminou com o 1º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), ocorrido em outubro, em Brasília. O encontro aprovou a greve de 24 horas para o dia 30 de outubro de 1985 e a paralisação por tempo indeterminado a partir de 6 de novembro daquele ano, caso o governo José Sarney (batizado de “Nova República”) insistisse em não atender a reivindicação pela jornada de seis horas e pelo direito à sindicalização.

Com 100% de adesão em todo o Brasil, a greve de 24 horas, em 30 de outubro de 1985, revelou-se um marco da luta pela jornada de seis horas e pelo direito dos empregados tornarem-se bancários. Dobrou, inclusive, a resistência do então deputado Pimenta da Veiga (PMDB/MG), líder do governo na Câmara dos Deputados, em assinar o requerimento de urgência urgentíssima para a votação do projeto de lei 4.111-A, de autoria do então deputado Léo Simões (PFL/RJ), já falecido, e que estabelecia a jornada de seis horas para todos os empregados da Caixa. Até então, os trabalhadores da empresa eram conhecidos como “economiários”, não seguiam a jornada de trabalho estabelecida para o restante da categoria bancária e não podiam estar vinculados a sindicatos.

A lei que estabeleceu a jornada de seis horas para os empregados da Caixa foi sancionada pelo então presidente da República, José Sarney, no dia 17 de dezembro de 1985. No dia seguinte à sanção presidencial, o Diário Oficial da União trouxe também a alteração do parágrafo único do artigo 556 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que assegurou o direito à sindicalização aos empregados da Caixa. <



Frei Tito: experiência singular de radical humanidade

Trinta e três anos atrás, o tempo de uma geração, Frei Tito de Alencar Lima (1945-1974) morria em L'Arbreste, no sul da França, vítima das torturas recebidas nos porões da ditadura militar. Encontraram-no pendurado em uma corda nos galhos de um álamo. Ele era frade dominicano e foi preso pelos militares, acusado de oferecer infra-estrutura para Carlos Marighella, principal líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN) – uma organização clandestina de esquerda que atuava no cenário político brasileiro nos anos de 1960 e 1970.

Nada do que é humano era indiferente a Frei Tito. Em pleno período de chumbo, o religioso protagonizou uma história de fé, de luta e de opressão, tendo como paradigma uma experiência singular de radical humanidade. Seu compromisso com os pobres o levava a visitar comunidades carentes e a manter contato com os dramas humanos mais condentes. Isto antes mesmo da Teologia de Libertação despontar na América Latina como referência maior de uma nova práxis cristã.

A opção pela vida religiosa ocorreu em 1966, quando ainda morava em Belo Horizonte. Dois anos depois, já em São Paulo, começou a estudar Ciências Sociais na USP. Foi daí que conheceu de perto os movimentos de resistência ao regime militar e tornou-se um dos organizadores do congresso de 1968 da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP). Naquele mesmo ano, Frei Tito foi preso pela primeira vez, juntamente com outros doze frades dominicanos. Voltou à prisão em 1969 e, desta vez, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN), passando a ter como um de seus interrogadores o “temível” delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Na prisão, Frei Tito foi torturado durante 40 dias. Ficou pendurado em pau-de-arara e recebeu choques elétricos na cabeça, nos órgãos genitais, nos pés, nas mãos e nos ouvidos. Também comuns eram os socos, as pauladas, os

“telefones” e as palmatórias, sendo submetido ao “corredor polonês” e à “cadeira do dragão”. Sofreu ainda queimaduras com cigarros por boa parte de seu corpo, e ouviu durante algumas das sessões de tortura a frase: “Agora você vai conhecer a sucursal do inferno”. Seus algozes chegavam ao ponto de ordenar-lhe que se preparasse para receber a hóstia sagrada, para em seguida queimar-lhe a boca, com o propósito de impedi-lo de falar.

Ainda na prisão, após uma sessão noturna no pau-de-arara, Frei Tito tentou o suicídio com uma gilete. Foi conduzido às pressas para o Hospital do Exército do Cambuci. Para evitar maiores repercussões, tendo em vista que sua história tornou-se mundialmente conhecida depois de ganhar manchetes em jornais estrangeiros, os militares substituíram a tortura física pela psicológica. Resultado: o religioso passou a conviver com a loucura.

Mesmo banido do país em 1971, numa troca pelo cônsul suíço Giovanni



Enrico Bücher, seqüestrado por militantes de esquerda, Frei Tito foi consumido pela dor e pelas recordações sombrias do passado. Alegava que via a imagem do Fleury nas ruas e nas janelas próximas a seu quarto em um convento católico, na França. Seu corpo foi encontrado suspenso em uma corda. Sua morte ainda é um enigma, já que a versão de suicídio é contestada por sua família. O corpo de Frei Tito só chegou ao Brasil no ano de 1983. Ele nasceu em Fortaleza em 14 de setembro de 1945, filho de Ildefonso Rodrigues de Lima e Laura Alencar Lima. Foi ordenado frade da Ordem dos Dominicanos em 1967.

No decorrer das últimas décadas, Frei Tito tornou-se símbolo da luta contra o autoritarismo no Brasil. O drama vivido por ele está inscrito no inconsciente coletivo do todo humano. <

Mistério moldado por 'jóias' arqueológicas e arquitetônicas

Monte Alegre fica no Pará. Município abriga diversos mirantes e é um dos mais antigos da Amazônia

Monte Alegre, no estado do Pará, é conhecido como a cidade dos mirantes. Na região do município, um dos mais antigos da Amazônia, e cujo povoamento antecede a própria ocupação do lugar pelos colonizadores portugueses, as cavernas com pinturas rupestres existem há mais de 11 mil anos. Tudo ali tem um ar de mistério, a começar pelas belas cachoeiras e pelas pedras em formatos de pilão, cogumelo, tartaruga, entre outras

figuras. As fontes termais de águas sulfurosas têm poder curativo e relaxante.

À primeira vista, Monte Alegre parece um lugar árido, quente e inóspito. Mas descobertas arqueológicas recentes prometem levar fama para a região, depois da divulgação de pesquisa científica revelando que o primeiro homem do continente americano era brasileiro, e viveu há pelo menos 11.200 anos em um conjunto de cavernas nas serras de Ererê e Paituna, a 45 quilômetros de Monte Alegre, na margem superior do rio Amazonas. Ficou conhecido como o povo da Pedra Pintada, numa época em que o Amazonas não era o gigante de muitos quilômetros de largura visto hoje, mas um rio de dimen-

sões bem modestas.

A nova teoria reduz a cinzas aquela elaborada na década de 30, que dava como certo que, há 13 mil anos, grupos pré-históricos vindos da Sibéria entraram no Alasca cruzando uma ponte de gelo sobre o estreito de Bering. Eles teriam povoado, milênios depois, toda a América do Norte e, em seguida, cruzado o istmo do Panamá, chegando à América do Sul há 10 mil anos.

Os anos passaram-se e, ainda hoje, Monte Alegre guarda antigas jóias arqueológicas e arquitetônicas, a exemplo da primeira igreja – a capela do Bom Jesus – funcionando como biblioteca. A diversidade cultural é um dos principais legados do povo da Pedra Pintada e, anos mais tarde, levou à criação de um rico folclore, com destaque para os cordões de pássaros e a dança da formiga cabeçuda. Eventos como esse são apreciados pelos quase 80 mil habitantes da região, durante o Festival do Folclore, na Praça do Seresteiro, sempre no período de 16 a 30 de junho.

Monte Alegre oferece ainda aos visitantes muitas outras paisagens pouco conhecidas. As mais comuns são a orla com uma praça bem estruturada, e o Parque Esperança, onde fica a Serra do Paituna, com suas esculturas naturais formadas pela ação do vento, das chuvas e do tempo. Merece ser visto ainda o pouso das garças ao pôr do sol. O rio Gurupatuba abriga diversos balneários, e o bar do Mirante descortina vista privilegiada da região de várzea, localizada na entrada da cidade. A culinária é à base de peixes e o artesanato é feito, sobretudo, de fibras de palmeira, argila, palha e cipó.

Os primeiros sinais do município de Monte Alegre surgiram no século 17. Na época, religiosos encarregados da catequese de povos indígenas na margem esquerda do rio Amazonas se estabeleceram na aldeia Gurupatuba, transformada em vila em 1758. Hoje, os motores da economia local são a produção de café, cacau e algodão, e a criação de gado. <





Dicas

Um verbo implicante

A regência do verbo “implicar” deixa muita gente na dúvida. A origem dessa confusão certamente está na variada gama de significados que este verbo pode assumir: para cada sentido, há uma regência diferente.

Sendo assim, se a palavra for utilizada com o sentido de “conseqüência” – um dos usos mais comuns – não tenha dúvida: o verbo é transitivo direto, sem preposição. Exemplo: “Essa mudança de planos implica aumento de prazo para a execução do projeto”. Neste caso, resista à tentação de colocar o “em” logo depois do “implica”; alguns gramáticos até aceitam essa construção, mas na norma culta não há motivo para acrescentar mais essa palavrinha na frase.

Por outro lado, o “em” depois de “implicar” é admitido em dois casos: quando o verbo tem o sentido de “comprometer-se” e “envolver-se”, e assume a função sintática de verbo direto e indireto. Exemplo: “O revendedor implicou você em algum negócio ilícito”. O segundo caso ocorre quando o verbo é usado como sinônimo de “agir de modo inconseqüente”. Por exemplo: “Impliquei-me em confusões desnecessárias”.



Elen e Manoel Jorge da Silva, bancários aposentados no dia Nacional de Mobilização da CUT em Brasília: “Estamos aqui pela juventude que vem por aí”



Frases

“Enfrentamos uma verdadeira emergência global. A crise climática não é um assunto político, é um desafio moral e espiritual da humanidade. É também nossa maior oportunidade de aumentar a consciência global.”

Albert Arnold (Al) Gore Jr., vencedor do prêmio Nobel da Paz de 2007 com o indiano Rajendra Pachauri, presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU)

“Hoje já não se pode dizer tão seguramente, como nos séculos 19 e 20, que estamos num caminho de progresso. Questões como crise de energia e falta de água são reais. Outro processo que não vai parar é o da globalização, e talvez o preparo que se exija dos jovens é para que saibam como lidar com essa aceleração dramática.”

Eric Hobsbawm, historiador

**CONCORRA A PRÊMIOS QUE
VÃO TE DAR O QUE FALAR!**



Assunto é o que não vai faltar para quem participar dessa campanha. Além de se divertir com o caça palavras literário, você confere dicas de leitura e concorre a dezenas de livros à sua escolha!

Acesse www.programapar.com.br e participe!

Oferecimento:



**CIRCUITO
FENAE/APCEF**